

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e clientes:

A Administração do Banco Societé Générale Brasil S.A. submete à apreciação de V.Sas., o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras individual e consolidada com o Relatório dos Auditores Independentes referentes aos semestres findos em 30 de junho de 2011 e de 2010, elaboradas em conformidade com as normas legais e estatutárias vigentes.

Sobre o Grupo SG Brasil

O Conglomerado Societé Générale tem sua Matriz sede na França e está no Brasil desde o ano de 1967 atuando principalmente no mercado financeiro. Na Europa é a uma das maiores entidades financeiras na zona do euro, atuando em praticamente todos os setores da economia. O Conglomerado financeiro Banco Societé Générale Brasil S.A., além da própria entidade individual consolida as seguintes controladas: SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil, Societé Générale S.A. - Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários, SGAM Sociedade Asset Management Brasil Ltda., Banco Cacicque S.A. e Banco Pecúnia S.A. O patrimônio líquido consolidado em 30 de junho de 2011 atingiu o valor de R\$ 785 milhões e os ativos ponderados pelo risco alcançaram 12,2% (Acordo da Basileia II). A carteira de crédito do Consolidado atingiu R\$ 3.492 milhões (R\$ 3.002 milhões no final de 2010), com um índice de créditos classificados de AA-B em relação à carteira total de créditos de 91,8% (91,7% no final de 2010). O saldo de provisão para devedores duvidosos representou 4,6% do total da carteira ao final de junho de 2011 (5,1% ao final de 2010).

Responsabilidade Social

O Instituto de Responsabilidade Social Societé Générale tem como missão valorizar e transformar vidas humanas através da promoção gratuita da educação, capacitação profissional e de atividades que envolvam esporte, saúde, arte, cultura e preservação do meio ambiente. Com metodologia própria, também emprega expertise de gestão do Grupo Societé Générale para ampliar a eficiência de seus investimentos sociais. Por essa razão, as parcerias estabelecidas são avaliadas como um investimento, respeitando processos de controle de riscos, comitê de crédito e controle de fluxo de caixa. Esse ano, o Instituto segue o pilar da inclusão por meio da educação, investindo fortemente em projetos com foco principal na empregabilidade dos jovens assistidos pelas ONGs parceiras.

Agradecimentos

A Administração do Grupo Societé Générale Brasil agradece aos colaboradores pelo empenho e dedicação, e a nossos acionistas e clientes, o indispensável apoio e confiança depositados.

São Paulo, 31 de Agosto de 2011

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010 - (Em milhares de reais - R\$)

	ATIVO				
	Nota explicativa	Banco		Consolidado	
		2011	2010	2011	2010
CIRCULANTE		7.660.581	6.332.823	8.326.830	7.293.311
Disponibilidades	5	864	7.005	4.385	10.700
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	1.741.250	1.455.448	506.631	420.008
Aplicações no mercado aberto		421.299	407.597	421.299	407.597
Aplicações em depósitos interfinanceiros		1.245.634	1.040.140	10.703	4.340
Aplicações em moedas estrangeiras		74.317	7.711	74.629	8.071
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7	1.292.974	969.496	1.787.676	1.709.209
Carteira própria		516.796	331.294	787.526	893.988
Vinculados a operações comprometidas		72.190	-	215.517	23.552
Vinculados à prestação de garantias		556.017	527.122	636.662	670.589
Instrumentos financeiros derivativos	7.d	147.971	111.080	147.971	111.080
Relações interfinanceiras		90	161	6.736	8.410
Pagamentos e recebimentos a liquidar		18	6	1.527	1.405
Direitos junto a participantes de Sistemas de Liquidação		-	-	-	56
Créditos vinculados - depósitos no Banco Central do Brasil		72	155	401	290
Correspondentes		-	-	4.808	6.659
Relações interdependências		-	-	-	15
Transferências internas de recursos		-	-	-	15
Operações de crédito		126.313	318.860	1.472.877	1.502.290
Operações de crédito - setor privado	9.a	126.610	319.678	1.577.596	1.624.926
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	10	(297)	(818)	(104.719)	(130.636)
Operações de arrendamento mercantil		-	-	(158)	7
Arrendamentos e subarrendamentos a receber - setor privado		-	-	95.249	41.208
Arrendamentos e subarrendamentos a receber - setor público		-	-	34.687	6.797
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil - setor privado		-	-	(94.350)	(41.193)
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil - setor público		-	-	(34.687)	(6.797)
Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	11	-	-	(1.057)	(8)
Outros créditos		4.499.079	3.581.838	4.519.359	3.615.903
Carteira de câmbio	12	4.482.404	3.559.477	4.482.404	3.559.477
Rendas a receber		81	678	-	678
Negociação e intermediação de valores		-	-	2.384	7.929
Diversos	13.a	16.670	22.106	35.176	50.447
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	11	(76)	(423)	(702)	(2.522)
Outros valores e bens		17	15	29.324	27.399
Outros valores e bens		-	-	641	697
Despesas antecipadas	14	17	15	28.683	26.702
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		2.897.842	1.461.455	3.266.899	1.846.403
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	1.275.991	1.092.618	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros		1.275.991	1.092.618	-	-
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7	64.336	53.943	114.412	195.184
Carteira própria		-	-	45.448	124.147
Vinculados à prestação de garantias		-	-	4.628	17.094
Instrumentos financeiros derivativos	7.d	64.336	53.943	64.336	53.943
Operações de crédito		37.295	163.607	1.450.389	1.205.516
Operações de crédito - setor privado	9.a	37.295	163.607	1.504.522	1.251.293
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	11	-	-	(54.133)	(45.777)
Operações de arrendamento mercantil	10	-	-	-	-
Arrendamentos e subarrendamentos a receber - setor privado		-	-	96.965	51.395
Arrendamentos e subarrendamentos a receber - setor público		73.437	10.979	-	-
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil - setor privado		(73.437)	(10.979)	(96.965)	(51.395)
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil - setor público		1.520.220	151.287	1.637.763	415.258
Outros créditos	12	1.431.431	107.263	1.431.431	107.263
Carteira de câmbio		-	-	-	-
Diversos	13.a	88.789	44.034	206.332	308.678
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	11	-	-	-	(673)
Outros valores e bens		-	-	64.335	30.445
Outros valores e bens		-	-	157	185
Provisão para desvalorização de outros valores e bens		-	-	(157)	(185)
Despesas antecipadas	14	-	-	64.335	30.445
PERMANENTE		428.183	726.374	694.947	534.447
Investimentos	16	221.037	487.955	63	74
Participações em controladas		221.000	487.918	-	-
Outros investimentos		37	-	122	133
Provisão para perdas		-	-	(59)	(59)
Imobilizado de uso		2.815	2.937	21.168	21.683
Imóveis de uso		-	-	207	207
Reavaliação de imóveis de uso		-	-	804	804
Outras imobilizações de uso		8.089	7.390	47.559	49.214
Depreciações acumuladas		(5.274)	(4.453)	(27.402)	(28.542)
Imobilizado de arrendamento		-	-	329.698	116.582
Bens arrendados		-	-	392.336	128.336
Superveniências de depreciações		-	-	8.165	7.059
Perdas de arrendamento a amortizar		-	-	5.094	1.705
Depreciações acumuladas		-	-	(74.459)	(20.459)
Amortização de perdas de arrendamento		-	-	(1.698)	(66)
Diferido		-	-	3.978	5.970
Gastos de organização e expansão		-	-	17.291	16.579
Amortização acumulada		-	-	(13.313)	(10.609)
Intangível	17	204.331	235.482	340.040	390.138
Ágio em controladas incorporadas		397.775	397.775	639.188	639.188
Outros ativos intangíveis		-	-	9.292	8.727
Provisão para ajuste ao valor recuperável		(119.861)	(119.861)	(119.861)	(119.861)
Amortização acumulada de ágio		(73.583)	(42.432)	(184.878)	(134.951)
Amortização acumulada de outros intangíveis		-	-	(5.701)	(2.965)
TOTAL DO ATIVO		10.986.609	8.520.652	12.288.676	9.674.161

	PASSIVO				
	Nota explicativa	Banco		Consolidado	
		2011	2010	2011	2010
CIRCULANTE		7.204.374	5.743.835	7.719.428	6.175.739
Depósitos	18	1.102.338	1.412.318	1.115.946	1.372.894
Depósitos à vista		1.985	2.528	2.430	4.852
Depósitos interfinanceiros		115.363	730.504	107.797	620.401
Depósitos a prazo		984.989	679.285	1.005.718	747.640
Outros depósitos		1	1	1	1
Captações no mercado aberto		72.000	-	215.205	33.500
Carteira própria		72.000	-	215.205	33.500
Relações interfinanceiras		210	152	2.290	671
Recebimentos e pagamentos a liquidar		210	152	2.006	498
Correspondentes		-	-	284	15
Obrigações junto a participantes do sistema de liquidação		-	-	-	158
Relações interdependências		8.668	6.850	10.120	6.960
Recursos em trânsito de terceiros		8.668	6.850	10.120	6.960
Obrigações por empréstimos e repasses	19	1.279.451	620.503	1.475.905	946.226
Empréstimos no exterior		1.248.043	590.110	1.444.497	915.833
Repasses do exterior		31.408	30.393	31.408	30.393
Instrumentos financeiros derivativos		231.816	217.079	231.816	217.079
Instrumentos financeiros derivativos	7.d	231.816	217.079	231.816	217.079
Outras obrigações		4.509.891	3.487.933	4.668.146	3.599.409
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		2.320	2.199	5.687	3.871
Carteira de câmbio	12	4.457.592	3.450.181	4.457.592	3.450.181
Fiscais e previdenciárias	13.b	6.314	17.163	21.823	36.749
Negociação e intermediação de valores	8	15.171	3.196	22.965	12.572
Diversas	13.c	28.494	15.194	160.079	95.036
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		2.996.761	1.685.684	3.711.619	2.357.219
Depósitos	18	157.941	501.488	174.774	518.545
Depósitos a prazo		157.941	501.488	174.774	518.545
Obrigações por empréstimos e repasses	19	1.131.556	916.797	1.626.757	1.407.569
Empréstimos no exterior		1.131.556	880.783	1.626.757	1.371.555
Repasses do exterior		-	36.014	-	36.014
Instrumentos financeiros derivativos	7.d	136.814	82.319	136.814	82.319
Instrumentos financeiros derivativos		136.814	82.319	136.814	82.319
Outras obrigações		1.570.450	185.080	1.773.274	348.786
Carteira de câmbio	12	1.481.229	108.178	1.481.229	108.178
Fiscais e previdenciárias	13.b	83.541	71.221	201.255	178.175
Diversas	13.c	5.680	5.681	90.790	62.433
RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS		20	296	297	71.836
Resultado de exercícios futuros		-	296	297	71.836
PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS MINORITÁRIOS		-	-	615	608
Participação de acionistas minoritários		-	-	615	608
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		21.a	785.178	1.089.836	785.178
Capital social		1.404.908	1.404.908	1.404.908	1.404.908
Ajustes de avaliação patrimonial		6.117	2.525	6.117	2.525
Prejuízos acumulados		(625.847)	(317.597)	(625.847)	(317.597)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010

	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010				
	Nota explicativa	Banco		Consolidado	
		2011	2010	2011	2010
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		24.095	209.898	274.490	626.147
Operações de crédito		(2.875)	32.004	358.152	489.112
Operações de arrendamento mercantil		-	-	55.316	21.093
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		212.491	182.337	108.863	124.649
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		(226.512)	(4.453)	(288.804)	(8.707)
Resultado de operações com câmbio		40.991	-	40.963	-
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(8.846)	(153.154)	(115.353)	(318.396)
Operações de captações no mercado		(73.007)	(84.266)	(80.273)	(102.521)
Operações de arrendamento mercantil		-	-	(15.145)	(15.371)
Operações de empréstimos e repasses		64.214	(46.139)	94.568	(83.237)
Resultado de operações com câmbio		-	(22.592)	-	(22.611)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	11	(53)	(157)	(84.503)	(94.656)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		15.249	56.734	159.137	307.751
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(316.086)	(58.558)	(290.399)	(293.727)
Receitas de prestação de serviços		10.785	7.722	25.752	20.021
Rendas de tarifas bancárias		-	-	7.199	5.265
Resultado de participações em controladas e coligada	16	(265.242)	(11.697)	(91	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010 - (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação; e o Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal. Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN. **f) Imposto de renda e contribuição social** - A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual tributável excedente a R\$ 240 (R\$ 120 no semestre). A contribuição social apurada sobre o lucro líquido ajustado, na forma da legislação em vigor, é calculada à alíquota de 15%. **u) Mensuração a valor de mercado** - A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a capta de preços médios praticados no mercado, dados divulgados pelas diversas associações de classe, bolsas de valores e bolsas de mercadorias e de futuros, aplicativos para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados. **v) Uso de estimativas contábeis** - A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor de mercado de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) amortizações de ativos intangíveis e (iv) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes de créditos de liquidação duvidosa e dos passivos contingentes. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

O nível de risco aceitável na condução dos negócios é definido pela Alta Administração do Consolidado, em conjunto com a matriz em Paris. Os diferentes tipos de risco são formalmente identificados e permanentemente monitorados por unidades especializadas, independentes das unidades de negócio. Essas unidades garantem que a exposição não ultrapasse os limites e critérios preestabelecidos e reportam a exposição e eventuais excessos à Alta Administração. A avaliação de todos os riscos é parte integrante da tomada de qualquer decisão estratégica no Consolidado. **I - Risco de crédito** - Em linha com as melhores práticas, o gerenciamento de Risco de Crédito do Consolidado é um processo contínuo e evolutivo do mapeamento, da aferição e do diagnóstico dos modelos, dos instrumentos, das políticas e dos procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. As políticas observam cuidados relacionados à análise da capacidade de pagamento do tomador, além de levar em conta parâmetros de concentração, concessão, exigência de garantias e prazos que não comprometam a qualidade esperada da carteira. **II - Risco de mercado** - A área de Risco de Mercado é gerenciada por meio de metodologias e modelos condizentes com a realidade dos mercados nacional e internacional, permitindo embasar as decisões estratégicas do Consolidado com agilidade, transparência e alto grau de confiança. É a área responsável pela implementação da estrutura de risco de mercado no Consolidado, sendo independente das áreas de negócio, com funções específicas, responsabilidades claramente definidas e instrumentos apropriados que lhe possibilitam a identificação, a avaliação, o monitoramento e o controle dos riscos, estabelecendo padrões e procedimentos de gestão de risco em conformidade com as recomendações do BACEN. Além disso, possui os recursos humanos adequados para estruturar o gerenciamento de risco em conformidade com normas internas e externas. Essa área informa a Administração sobre a exposição aos riscos de mercado a divulga as informações sobre o risco de mercado aos órgãos reguladores, bem como as linhas de negócios internas e externas. **III - Risco de liquidez** - O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das operações. **IV - Risco operacional** - Conforme a Resolução BACEN 3.380, de 29 de junho de 2006, o Consolidado identifica e monitora a sua exposição ao risco operacional através de vários instrumentos, compatíveis com a natureza, o volume e a complexidade de suas atividades, sendo eles: i) avaliação de riscos inerentes e controles internos por área, que define o perfil de risco residual por categoria de risco, conforme metodologia requerida pelo acordo da Basileia II (nota explicativa nº 27); essa avaliação é revisada no mínimo anualmente e descende planos de ações mitigantes a partir de um certo nível de exposição; ii) análise sistemática das perdas operacionais históricas; iii) monitoramento mensal de indicadores de riscos; iv) controles internos permanentes e periódicos (auditorias) com planos de ações corretivas; v) controles de conformidade e de prevenção à lavagem de dinheiro ("compliance"); vi) plano de continuidade de negócios; vii) Comitê de novos produtos; e viii) campanhas de conscientização dos colaboradores. Os resultados deste conjunto de instrumentos são revisados periodicamente por um comitê dedicado, no intuito de tomar as ações mitigantes consideradas necessárias. Para efeito de alocação de capital regulamentar, previsto no § 1º do art. 1º da Circular nº 3.380, de 30 de abril de 2009, o Conglomerado adotou a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada. A divulgação das informações consolidadas referentes à Gestão de Riscos e ao Patrimônio de Referência Exigido (PRE) conforme requerido pela Circular BACEN No 3.477, de 24 de dezembro de 2009, estão publicadas em nosso site no endereço eletrônico www.sgbrazil.com.br, seção Gestão de Riscos.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA PARA O FLUXO DE CAIXA INDIRETO

	Banco		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Disponibilidades	861	7.005	4.385	10.070
Aplicações interfinanceiras de liquidez	495.616	455.208	499.551	415.207
Total	496.477	462.213	503.936	425.277

6. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Em 30 de junho de 2011:

	Banco			Total
	A vencer até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	
Aplicações em depósitos interfinanceiros	293.917	951.717	933.614	2.521.295
Aplicações no mercado aberto	421.299	-	-	421.299
Aplicações em moedas estrangeiras	74.317	-	-	74.317
Total	789.533	951.717	933.614	3.017.241

	Consolidado	
	A vencer até 3 meses	Total
Aplicações em depósitos interfinanceiros	10.703	10.703
Aplicações no mercado aberto	421.299	421.299
Aplicações em moedas estrangeiras	74.629	74.629
Total	506.631	506.631

Em 30 de junho de 2010:

	Banco			Total
	A vencer até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	
Aplicações em depósitos interfinanceiros	342.590	697.550	1.059.701	2.132.758
Aplicações no mercado aberto	407.597	-	-	407.597
Aplicações em moedas estrangeiras	7.711	-	-	7.711
Total	757.898	697.550	1.059.701	2.548.066

	Consolidado	
	A vencer até 3 meses	Total
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4.340	4.340
Aplicações no mercado aberto	407.597	407.597
Aplicações em moedas estrangeiras	8.071	8.071
Total	420.008	420.008

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Classificação dos títulos e valores mobiliários em 30 de junho de 2011 e de 2010 por categoria:

	2011		2010	
	Valor na curva	Valor de mercado	Valor na curva	Valor de mercado
Carteira própria	517.044	516.796	331.912	331.294
Títulos para negociação:	515.533	515.285	328.431	327.813
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	474	474	3.201	3.201
Letras do Tesouro Nacional - LTN	500.215	500.170	325.300	324.612
Notas do Tesouro Nacional - NTN	14.744	14.641	-	-
Títulos disponíveis para venda:	1.511	1.511	3.481	3.481
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	1.511	1.511	3.481	3.481
Vinculados a operações compromissadas:	72.248	72.190	-	-
Títulos para negociação:	72.248	72.190	-	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	72.248	72.190	-	-
Vinculados à prestação de garantias:	556.944	556.017	528.582	527.122
Títulos para negociação:	556.944	556.017	528.582	527.122
Letras do Tesouro Nacional - LTN	556.944	556.017	528.582	527.122
Total	1.146.236	1.145.003	860.494	858.416

	2011		2010	
	Valor na curva	Valor de mercado	Valor na curva	Valor de mercado
Carteira própria	834.394	832.974	1.019.106	1.018.135
Títulos para negociação:	787.415	786.015	883.178	882.255
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	252.472	252.417	553.453	553.305
Letras do Tesouro Nacional - LTN	520.199	518.957	329.725	328.950
Notas do Tesouro Nacional - NTN	14.744	14.641	-	-
Títulos disponíveis para venda:	46.979	46.959	135.928	135.880
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	45.468	45.468	132.997	132.999
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	1.511	1.511	3.481	3.481
Vinculados a operações compromissadas:	215.612	215.517	33.568	33.552
Títulos para negociação:	215.612	215.517	33.568	33.552
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	143.364	143.327	33.568	33.552
Notas do Tesouro Nacional - NTN	72.248	72.190	-	-
Vinculados à prestação de garantias:	642.962	641.290	689.716	687.683
Títulos para negociação:	638.332	636.662	654.126	652.102
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	57.092	57.077	115.802	115.758
Letras do Tesouro Nacional - LTN	581.240	579.585	538.324	536.344
Títulos disponíveis para venda:	4.630	4.628	35.590	35.581
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	4.630	4.628	17.389	17.389
Certificado de Depósito Bancário	-	-	18.192	18.192
Total	1.692.968	1.689.781	1.742.390	1.739.370

O valor de mercado dos títulos públicos e privados foi apurado, respectivamente, com base nas taxas médias divulgadas pela ANBIMA-Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais e pelas cotações divulgadas pela BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. As aplicações em cotas de fundos de investimento foram atualizadas com base nos respectivos valores unitários das cotas divulgados pelos administradores dos fundos. Os CDBs e os títulos públicos estão custodiados na CETIP e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - Selic, respectivamente. As cotas de fundos de investimento estão custodiadas nos respectivos administradores dos fundos.

b) Composição por prazo de vencimento

	2011			2010		
	Títulos para negociação	Títulos disponíveis para venda	Total	Títulos para negociação	Títulos disponíveis para venda	Total
Sem vencimento	-	1.511	1.511	-	3.481	3.481
A vencer entre 1 e 12 meses	1.143.492	-	1.143.492	854.935	-	854.935
Total	1.143.492	1.511	1.145.003	854.935	3.481	858.416

	2011			2010		
	Títulos para negociação	Títulos disponíveis para venda	Total	Títulos para negociação	Títulos disponíveis para venda	Total
Sem vencimento	-	1.511	1.511	-	3.481	3.481
A vencer até 3 meses	1.984	-	1.984	1.546	-	1.546
A vencer entre 3 e 12 meses	1.232.752	-	1.232.752	947.214	-	947.214
A vencer entre 1 e 3 anos	403.458	50.076	453.534	619.149	141.241	760.390
Total	1.638.194	51.587	1.689.781	1.567.909	171.461	1.739.370

Os títulos e valores mobiliários classificados como "para negociação" estão classificados no ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento.

c) Composição por emissor

	2011		2010	
	2011	2010	2011	2010
Títulos para negociação	1.143.492	854.935	1.638.194	1.567.909
Públicos	1.143.492	854.935	1.638.194	1.567.909
Governo Federal	1.143.492	854.935	1.638.194	1.567.909
Títulos disponíveis para venda	1.511	3.481	1.511	3.481
Privado	1.511	3.481	1.511	3.481
Certificado de Depósito Bancário	-	-	-	18.192
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC	1.511	3.481	1.511	3.481
Públicos	-	-	50.076	149.788
Governo Federal	-	-	50.076	149.788
Total	1.145.003	858.416	1.689.781	1.739.370

d) Instrumentos financeiros derivativos - O Banco e suas controladas participam de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos que se destinam a atender às necessidades próprias e de seus clientes. Os instrumentos financeiros derivativos utilizados são, principalmente, os de alta liquidez nos mercados futuros (BM&FBOVESPA). Demonstramos a seguir a relação dos derivativos por indexador:

d.1) "Swap" e NDF - Em 30 de junho de 2011

	Banco e Consolidado				
	Valor de referência Operações registradas na BM&FBOVESPA	Valor de referência Operações registradas na CETIP			
Indexador					
Operações registradas na BM&FBOVESPA					
Operações registradas na CETIP					
Total					
Curva					
Mercado					
CDI x dólar	86.175	545.410	631.585	47.454	52.964
CDI x euro	-	77.841	77.841	2.541	2.722
CDI x Libor (Fluxo de caixa)	-	5.222	5.222	515	648
CDI x pré	20.000	147.792	167.792	(18.849)	(18.881)
Dólar x CDI	102.553	-	102.553	(73.119)	(71.646)
Dólar (NDF)	-	916.593	916.593	(6.352)	(12.062)
Dólar x IGP-M	-	1.156.412	1.156.412	(6.627)	(6.627)
Dólar x IGP-M	29.269	-	29.269	(26.997)	(27.050)
Dólar x pré	-	768.360	768.360	(140.237)	(144.205)
Euro (NDF)	-	900.455	900.455	(7.994)	(17.214)
IGP-M x dólar	-	29.269	29.269	29.744	30.057
Libor x dólar (Fluxo de caixa)	-	5.222	5.222	(71)	(176)
Pré x CDI	-	154.598	154.598	15.624	15.678
Pré x CDI (Fluxo de caixa)	-	114.593	114.593	45	23
Franco (NDF)	-	762	762	(3)	(26)
Yên (NDF)	-	703	703	(38)	(27)
Pré x dólar	-	78.451	78.451	13.473	14.208
CDI x dólar (*)	-	6.801	6.801	5.230	5.270
Pré x dólar (*)	-	30.896	30.896	19.791	20.388
Total	237.997	4.939.370	5.177.367	(148.321)	(155.868)

	Banco e Consolidado				
	Valor de referência Operações registradas na BM&FBOVESPA	Valor de referência Operações registradas na CETIP			
Indexador					
Operações registradas na BM&FBOVESPA					
Operações registradas na CETIP					
Total					
Curva					
Mercado					
CDI x dólar	501.340	330.980	832.320	70.393	48.028
CDI x euro	-	38.110	38.110	3.311	3.311
CDI x Libor (Fluxo de caixa)	-	10.444	10.444	(254)	(254)
Dólar x CDI	381.557	-	381.557	(147.322)	(147.322)
Dólar (NDF)	-	385.578	385.578	(25)	(25)
Dólar x IGP-M	-	58.494	58.494	(37.339)	(37.339)
Dólar x pré	-	1.844.902	1.844.902	(101.862)	(101.862)
Euro (NDF)	-	203.143	203.143	11.986	11.986
Euro x pré	-	11.316	11.316	(637)	(638)
IGP-M x dólar	-	58.494	58.494	41.939	41.939
Libor x dólar (Fluxo de caixa)	-	10.444	10.444	(624)	(624)
Libra (NDF)	-	122	122	13	13
Pré x CDI	-	13.512	13.512	1.067	1.067
Pré x dólar	-	275.921	275.921	24.999	5.149
Franco (NDF)	-	412	412	(18)	(18)
Yên (NDF)	-	34	34	-	-
Total	941.391	3.183.412	4.124.803	(134.375)	(176.591)

(*) Determinados contratos de Swap estão associados a operações de crédito, contratados pelo mesmo prazo e com a mesma contraparte da operação

associada, conforme estabelecido na Circular BACEN nº 3.150/02 (nota explicativa nº 3 d). O saldo das operações associadas, em 30 de junho de 2011, totaliza R\$ 33.003 (R\$ 141.497 em 2010).

Diferencial a receber (pagar)

	Banco e Consolidado	
	2011	2010
Curto prazo	147.971	111.080
Longo prazo	64.336	53.943
Saldo registrado no ativo	212.307	165.023

NOTAS EXPLICATIVAS  S DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010 - (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Nivel	%	Consolidado					
		2011		2010		2010	
		Curso normal	Vencidos	Total	Curso normal	Vencidos	Total
AA	0,00%	503.955	-	503.955	533.397	-	533.397
A	0,50%	2.563.437	3.412	2.566.849	2.082.025	51	2.082.076
B	1,00%	96.054	39.774	135.828	156.524	23.650	180.174
C	3,00%	34.727	39.702	74.429	33.898	27.140	61.038
D	10,00%	21.105	21.540	42.645	28.383	18.810	47.193
E	30,00%	9.307	14.607	23.914	15.017	13.231	28.248
F	50,00%	10.841	13.710	24.551	10.500	13.369	23.869
G	70,00%	7.730	10.407	18.137	8.197	12.104	20.301
H	100,00%	35.687	66.264	101.951	37.373	88.187	125.560
		<u>3.282.843</u>	<u>209.416</u>	<u>3.492.259</u>	<u>2.905.314</u>	<u>196.542</u>	<u>3.101.856</u>

f) Provisão por nível de risco:

Nivel	%	Banco				Consolidado			
		2011		2010		2011		2010	
		Total	Provisão	Total	Provisão	Total	Provisão	Total	Provisão
AA	0,00%	231.621	-	450.036	-	503.955	-	533.397	-
A	0,50%	26.171	130	77.633	388	2.566.849	12.834	2.082.076	10.411
B	1,00%	24.297	243	85.300	853	135.828	1.358	180.174	1.801
C	3,00%	-	-	-	-	74.429	2.233	61.038	1.831
D	10,00%	-	-	-	-	42.645	4.265	47.193	4.719
E	30,00%	-	-	-	-	23.914	7.174	28.248	8.475
F	50,00%	-	-	-	-	24.551	12.276	23.869	11.934
G	70,00%	-	-	-	-	18.137	12.696	20.301	14.212
H	100,00%	-	-	-	-	101.951	101.951	125.560	125.560
Provisão mínima requerida...		<u>282.089</u>	<u>373</u>	<u>612.969</u>	<u>1.241</u>	<u>3.492.259</u>	<u>154.787</u>	<u>3.101.856</u>	<u>178.943</u>
Provisão adicional (*)		-	-	5.824	-	-	-	-	-
Total		-	-	<u>160.611</u>	-	-	-	-	-

(*) Em 30 de junho de 2011, foram constituídas provisões para créditos de liquida o duvidosa adicionais, na controlada Banco Pecúnia S.A., no montante de R\$ 5.824, considerando as matrizes de riscos de crédito internas (histórico de perdas e recupera es).

10. ARRENDAMENTO MERCANTIL

As opera es de arrendamento mercantil são contratadas de acordo com a taxa de juros prefixada, tendo o arrendatário a op o contratual de compra do bem. O valor dos contratos de arrendamento mercantil estão registrados ao valor presente, apurado com base na taxa interna de retorno de cada contrato. Esses contratos, em atendimento às normas do BACEN, são apresentados em diversas contas patrimoniais, as quais são resumidas conforme segue:

	2011	2010
Arrendamento financeiro	192.214	73.175
Arrendamentos a receber - setor privado	(191.315)	(73.175)
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	108.124	17.776
Arrendamentos a receber - setor público	(108.124)	(17.776)
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	309.400	89.650
Imobilizado de arrendamento, líquido de deprecia�o	8.165	7.059
Superavenu�cia de deprecia�o	3.396	-
Perdas em arrendamento a amortizar líquidas	(31.181)	(11.848)
Credores por antecipa�o de valor residual (nota explicativa n� 13 c)	290.679	84.861
Arrendamentos a receber - setor privado	-	-

11. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDA O DUVIDOSA

A movimenta o da provisão para créditos de liquida o duvidosa   assim resumida:

	Banco		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Saldo inicial	320	1.084	167.404	224.141
Constitui�o	53	157	84.503	94.656
Baixas	-	-	(91.296)	(139.181)
Saldo final	<u>373</u>	<u>1.241</u>	<u>160.611</u>	<u>179.616</u>

No Consolidado, durante o semestre findo em 30 de junho de 2011, foram recuperados créditos anteriormente baixados contra provisão para créditos de liquida o duvidosa no montante de R\$ 24.213 (R\$ 21.529 em 2010). O saldo de opera es de crédito renegotiados no semestre   de R\$ 2.234 (R\$ 5.872 em 2010).

12. CARTEIRA DE CÂMBIO

Ativo:	Banco		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Câmbio comprado a liquidar	2.870.211	1.761.775	2.870.211	1.761.775
Direitos sobre venda de câmbio	3.150.797	1.903.213	3.150.797	1.903.213
Adiantamentos em moeda nacional recebidos	(108.416)	(1.317)	(108.416)	(1.317)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota explicativa n� 9 a)	1.243	3.059	1.243	3.059
Total	<u>5.913.835</u>	<u>3.666.730</u>	<u>5.913.835</u>	<u>3.666.730</u>
Curto prazo	4.482.404	3.559.477	4.482.404	3.559.477
Longo prazo	1.431.431	107.253	1.431.431	107.253
Total	<u>5.913.835</u>	<u>3.666.730</u>	<u>5.913.835</u>	<u>3.666.730</u>
Passivo:				
C�mbio vendido a liquidar	3.088.421	1.895.946	3.088.421	1.895.946
Obriga�es por compra de c�mbio	2.967.341	1.789.038	2.967.341	1.789.038
Adiantamentos sobre contratos de c�mbio - exporta�o (nota explicativa n� 9 a)	(116.941)	(126.625)	(116.941)	(126.625)
Total	<u>5.938.821</u>	<u>3.558.359</u>	<u>5.938.821</u>	<u>3.558.359</u>
Curto prazo	4.457.592	3.450.181	4.457.592	3.450.181
Longo prazo	1.481.229	108.178	1.481.229	108.178
Total	<u>5.938.821</u>	<u>3.558.359</u>	<u>5.938.821</u>	<u>3.558.359</u>

13. OUTROS CRÉDITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Outros créditos - diversos:

	Banco		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Adiantamentos e antecipa�es salariais	2.195	1.386	4.563	3.565
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	-	1	713	812
Créditos tributários - imposto de renda e contribui�o social (nota explicativa n� 22 b)	-	-	74.549	240.365
Devedores por depósitos em garantia (*)	88.789	43.956	115.238	59.262
Devedores por depósitos em garantia-outras	-	-	8.806	-
Impostos e contribui�es a compensar	2.961	11.702	17.455	24.709
Títulos e créditos a receber (nota explicativa n� 9 a)	-	-	1.278	3.092
Contratos a implantar	-	-	5.610	-
Valores a receber de ligadas (nota explicativa n� 23)	30	29	-	-
Devedores diversos no exterior (**)	10.879	8.854	10.879	8.854
Parcelas de arrendamento a compensar	-	-	829	591
Outros	605	212	2.298	11.066
Total	<u>105.459</u>	<u>66.140</u>	<u>241.508</u>	<u>359.125</u>
Curto prazo	16.670	22.106	35.170	50.447
Longo prazo	88.789	44.034	206.338	308.678
Total	<u>105.459</u>	<u>66.140</u>	<u>241.508</u>	<u>359.125</u>

(*) Refere-se, basicamente, a discussões judiciais decorrentes de imposto de renda sobre opera es de "Box quatro pontas", totalizando R\$ 35.299 em 30 de junho de 2011 (R\$ 33.753 em 2010), a dedutibilidade do expurgo inflacionário referente a Lei n  8.200/91 no montante de R\$ 5.203, a amplia o da base de cálculo do Programa de Integra o Social - PIS e da Contribui o para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (Lei n  9.718/98) no montante de R\$ 41.752 (R\$ 32.045 em 2010). Vide nota explicativa n  15 iii.

(**) Refere-se a serviços prestados pelo Banco no exterior (nota explicativa n  23).

b) Outras obriga es - fiscais e previdenciárias:

	Banco		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Provisão para impostos e contribui�es a pagar	424	13.097	7.471	21.896
Impostos e contribui�es a recolher	1.803	2.363	10.265	12.680
Provisão para imposto de renda e contribui�o social diferidos (nota explicativa n� 22 d)	4.087	1.703	12.511	13.982
Provisão para riscos fiscais (nota explicativa n� 15. i)	83.541	71.221	192.831	166.366
Total	<u>89.855</u>	<u>88.384</u>	<u>223.078</u>	<u>214.924</u>
Curto prazo	6.314	17.163	21.823	36.749
Longo prazo	83.541	71.221	201.255	178.175
Total	<u>89.855</u>	<u>88.384</u>	<u>223.078</u>	<u>214.924</u>

c) Outras obriga es - diversas:

	Banco		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Cheques administrativos	-	-	813	743
Obriga�o por aquisi�o de bens e direitos	-	-	16	32
Provisão para contingências trabalhistas (nota explicativa n� 15. i)	5.596	5.354	30.704	17.539
Provisão para passivos contingentes cíveis (nota explicativa n� 15. i)	84	137	17.899	14.311
Provisão com despesas de pessoal	11.082	8.888	29.422	24.528
Provisão para despesas de publica�o	125	215	136	229
Provisão para pagamentos a efetuar (b)	-	-	15.769	28.990
Provisão para pagamentos a fornecedores	368	756	8.883	4.294
Provisão para pagamentos "escrow account" (a)	-	-	7.200	18.599
Provisão para créditos cedidos com coobriga�o (nota explicativa n� 28. b)	-	-	2.023	1.030
Provisão para pagamento de l�jistas	-	-	1.046	1.607
Recebimentos a processar (c)	-	-	79.701	10.150
Credores por antecipa�o de valor residual (nota explicativa n� 10)	-	-	31.181	11.848
Credores diversos - exterior - partes relacionadas (nota explicativa n� 23)	16.601	4.043	22.302	14.466
Valores a pagar sociedades ligadas (nota explicativa n� 23)	32	807	32	807
Outras	286	675	3.742	7.936
Total	<u>34.174</u>	<u>20.875</u>	<u>250.869</u>	<u>157.469</u>
Curto prazo	28.494	15.194	160.079	95.036
Longo prazo	5.680	5.681	90.790	62.433
Total	<u>34.174</u>	<u>20.875</u>	<u>250.869</u>	<u>157.469</u>

16. INVESTIMENTOS EM COLIGADA E CONTROLADAS - BANCO

	Banco Cacique S.A. (a)		Banco Pecúnia S.A. (b)		SG Equipament Finance S.A. Arrendamento Mercantil	Societ� Generale S.A. - Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários		Sgam Sociedade Asset Management Brasil Ltda.		Total
	2011	2010	2011	2010		2011	2010	2011	2010	
Informa�es das controladas:										
Capital social	339.767	339.767	200.342	200.342	23.398	23.398	15.415	15.415	231	231
Quantidade de a�es/cotas - em milhares:										
Ordinárias	100.310	100.310	10.136	10.136	426	426	7.956	7.956	-	-
Preferenciais	-	-	-	-	426	426	7.956	7.956	-	-
Cotas S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	300	300
Participa�es - %	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	1,00	1,00
Patrim�nio líquido	111.099	346.605	63.895	94.504	23.657	25.525	22.343	21.278	622	613
Lucro (prejuízo) líquido do semestre	(245.679)	856	(17.763)	(15.869)	(2.414)	2.364	614	472	-	-
Movimentação dos investimentos:										
Saldo em 31 de dezembro	356.778	425.749	81.654	21.262	26.071	23.161	21.729	20.806	6	6
Ajuste de avalia�o patrimonial	-	-	-	(7)	-	-	-	-	-	-
Realiza�o de reserva de reavalia�o	-	-	4	1.046	-	-	-	-	6	4
Resultado de equival�cia patrimonial	(245.679)	856	(17.763)	(15.389)	(2.414)	2.364	614	472	-	-
Aumento/(Redu�o) de capital (c)	-	(80.000)	-	80.000	-	-	-	-	-	-
Aquisi�o de investimento (d)	-	-	-	8.632	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30 de junho	<u>111.099</u>	<u>346.605</u>	<u>63.895</u>	<u>94.504</u>	<u>23.657</u>	<u>25.525</u>	<u>22.343</u>	<u>21.278</u>	<u>6</u>	<u>6</u>

(a) O Banco Cacique possui ágio, no montante de R\$ 123.934, avaliado a valor recuperável com base em estudos técnicos que projetam a gera o de lucros tributáveis futuros e consideram, também, aportes adicionais de recursos pelos seus acionistas controladores. Em 30 de junho de 2011, a controlada Banco Cacique S.A. decidiu, ao avaliar seu crédito tributário nesta data, pela sua baixa no montante de R\$ 181.414, conforme requerido pela Resolu o BACEN n  3059 - artigo 5o, por ter se desengarrado do histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribui o social nos três dos últimos cinco exercícios sociais, período este que deve incluir o exercício de referência, e não realizou, em dois períodos consecutivos, 50% ou mais dos valores previstos em seu estudo técnico com créditos tributários constituídos sobre prejuízo fiscal; (b) Inclui créditos tributários no montante de R\$ 67.345, e "ativo intangível", no montante de R\$ 9.093, consubstanciados de acordo com estudos técnicos realizados para a data de 30 de junho de 2011, que projetam a gera o de lucros tributáveis futuros e

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010 - (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

20. RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS

	Banco		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Comissão de fianças.....	-	79	-	79
Comissão de empréstimos (*).....	70	19	71.610	50.481
Comissão de operação em moeda estrangeira.....	226	199	226	199
Total.....	296	297	71.836	50.759

(*) Refere-se a rendas oriundas de equalização de taxas de financiamento a lojistas, as quais são apropriadas pelo prazo contratual, bem como as comissões de abertura de crédito financiadas, que também seguem a mesma forma de apropriação.

21. CAPITAL SOCIAL

a) Capital social - Em 30 de junho de 2011 e de 2010, o capital social estava representado por ações, sem valor nominal, pertencentes a acionistas domiciliados no País e exterior, composto da seguinte forma:

	2011	2010
Ações ordinárias.....	241.588	241.588
Ações preferenciais.....	241.588	241.588
Total.....	483.176	483.176

b) Dividendos - Conforme previsto no estatuto do Banco, é assegurado aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do semestre. O Conselho de Administração, através de Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária, pode deliberar sobre a distribuição de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes.

22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidente sobre as operações nos semestres findos em 30 de junho de 2011 e 2010:

	Banco		Consolidado		Banco		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social, deduzido das participações estatutárias.....	(300.499)	(1.719)	(300.499)	(1.719)	(131.221)	15.465	(131.221)	15.465
Alíquota vigente.....	25%	25%	15%	15%	25%	25%	15%	15%
Receita (despesa) de crédito tributário de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente.....	75.125	430	45.075	258	32.805	(3.866)	19.683	(2.320)
a) Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre diferenças permanentes:								
-Resultado de participações em coligadas e controladas.....	(66.310)	(2.924)	(39.786)	(1.755)	-	-	-	-
-Reversão (Amortização) de ágio não dedutível.....	(3.434)	(3.434)	(2.060)	(2.060)	736	1.255	442	754
-Despesas com fraudes.....	(1.510)	(453)	(906)	(272)	(4.151)	(3.151)	(2.490)	(1.890)
-Juros indedutíveis MP 472.....	(296)	-	(178)	-	(109)	(59)	(65)	(35)
-Incentivo fiscal.....	-	(42)	-	(25)	-	(42)	-	(25)
-Descontos concedidos.....	-	-	-	-	(304)	(645)	(182)	(387)
-Provisão para realização de ativos.....	-	-	-	-	-	(509)	-	(305)
-Despesas com cessão em operações de crédito.....	-	-	-	-	(222)	(4.198)	(134)	(2.519)
-Outras despesas não dedutíveis.....	(156)	(149)	(94)	(90)	(599)	(1.227)	(457)	(800)
b) Efeito do imposto de renda e da contribuição social, sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais:								
-Contingências fiscais, trabalhistas e cíveis.....	(1.284)	(1.083)	(771)	(650)	(1.729)	(3.067)	(936)	(1.774)
-Ajuste a valor de mercado - TVM e derivativos.....	(2.730)	(4.035)	(1.737)	(2.421)	(3.283)	(4.267)	(2.076)	(2.561)
-Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	(13)	(39)	(8)	(23)	(243)	(1.947)	(153)	(1.168)
-Provisão para publicação de balanço.....	-	-	-	-	5	-	3	-
-Provisão de PLR.....	274	-	164	-	274	-	164	-
-Amortização de ágio.....	(460)	-	(276)	-	(460)	-	(276)	-
-Provisão de bônus.....	1.336	-	801	-	1.137	51	730	3
-Prejuízos fiscais.....	-	2.587	-	1.655	2.786	82	3.727	7
-Outras diferenças temporárias.....	160	1.128	98	673	2.035	(203)	648	462
-Créditos tributários não constituídos.....	(11.221)	-	(6.732)	-	(40.170)	-	(24.103)	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social.....	(10.519)	(8.014)	(6.410)	(4.710)	(14.776)	(19.089)	(9.566)	(10.810)
Reversão de créditos tributários no período.....	-	-	-	-	(101.158)	-	(60.695)	-
Total de imposto de renda e contribuição social.....	(10.519)	(8.014)	(6.410)	(4.710)	(115.934)	(19.089)	(70.261)	(10.810)

O Banco possui prejuízos fiscais em 2011 de R\$ 44.882 (no Consolidado, R\$ 274.285 em 2011 e R\$ 35.487 em 2010) e diferenças temporárias referentes a provisões não dedutíveis de R\$ 75.750 em 2011 e de R\$ 249.573 em 2010 (no Consolidado R\$ 152.649 em 2011 e de R\$ 250.767 em 2010), sobre os quais não foram contabilizados imposto de renda (25%) e contribuição social (15%) diferidos no montante de R\$ 48.253 em 2011 e R\$ 107.301 em 2010 (no Consolidado R\$ 170.774 em 2011 e R\$ 108.999 em 2010). O Banco, conservadoramente, não reconheceu contabilmente esse ativo fiscal diferido, o qual será contabilizado quando da elaboração do estudo técnico que demonstre a capacidade de sua recuperação, em atendimento à Resolução nº 3.059/02 do BACEN.

b) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos

Ativo - Imposto de renda	Consolidado	
	2011	2010
Prejuízo fiscal e base negativa.....	53.492	323.987
Diferenças temporárias.....	137.068	280.628
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	61.192	171.576
Provisão para contingências.....	75.843	102.185
Provisão com valorização de carteira cedida liquidada antecipadamente.....	-	2.866
Ajuste a valor de Mercado TVM e derivativos.....	22	54
Outras.....	11	3.947
Total.....	190.560	604.615
Alíquota de imposto de renda.....	25%	25%
Crédito tributário constituído.....	47.640	151.154
Ativo - Contribuição social (Alíquota de 15%)		
Prejuízo fiscal e base negativa.....	41.682	310.126
Diferenças temporárias.....	127.514	276.348
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	61.192	171.576
Provisão para contingências.....	66.289	97.905
Provisão com valorização de carteira cedida liquidada antecipadamente.....	-	2.866
Ajuste a valor de Mercado TVM e derivativos.....	22	54
Outras.....	11	3.947
Total.....	169.196	586.474
Alíquota de contribuição social.....	15%	15%
Crédito tributário constituído.....	25.379	87.971
Ativo - Contribuição social (Alíquota de 9%)		
Diferenças temporárias.....	7.452	9.503
Provisão para contingências.....	9.554	4.280
Total.....	17.006	13.783
Alíquota de contribuição social.....	9%	9%
Crédito tributário constituído.....	1.530	1.240
Total crédito tributário constituído (*).....	74.549	240.365

(*) Nota explicativa nº 13.a

c) Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre as diferenças temporárias

	Consolidado	
	2011	2010
Saldo inicial.....	236.672	250.788
Adições.....	16	-
Reversão (*).....	(161.608)	-
Realização (Nota explicativa nº 16.a).....	(45)	(10.427)
Ajustes a valor de mercado TVM - disponível para venda.....	-	4
Outros.....	(486)	4
Saldo final.....	74.549	240.365

(*) A Administração do Banco, ao avaliar o crédito tributário em 30 de junho de 2011, decidiu pela sua baixa, conforme requerido pela Resolução BACEN nº 3059 - artigo 5º, por ter se desengarrado do histórico de lucros ou receitas tributárias para fins de imposto de renda e contribuição social nos três dos últimos cinco exercícios sociais, período este que deve incluir o exercício de referência, e não realizou, em dois períodos consecutivos, 50% ou mais dos valores previstos em seu estudo técnico com créditos tributários constituídos sobre prejuízo fiscal

d) Movimentação do imposto de renda diferido passivo:

	Banco		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Saldo inicial.....	1.808	11.849	10.721	26.810
Ajustes a valor de mercado TVM - disponível para venda.....	-	-	(9.763)	-
Marcação a mercado-hedge-cash flow hedge.....	2.279	(383)	2.279	(383)
Marcação a mercado-hedge-valor justo.....	-	-	(162)	507
Reversões de Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	-	-	(629)	(3.793)
Reserva de reavaliação.....	-	-	(6)	(8)
Realização de superveniência de depreciação.....	-	-	308	612
Saldo final.....	4.087	1.703	12.511	13.982

(*) Nota explicativa nº 13.b

e) Projeção de realização e valor presente dos créditos tributários - O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sobre os quais são calculados sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, cujo cronograma de realização é apresentado a seguir, devidamente fundamentado em estudo técnico, segundo o qual há expectativa de geração de resultados futuros positivos:

Ano	Consolidado	
	Valor contábil	Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias
	2011	2010
2010.....	-	19.835
2011.....	14.808	59.835
2012.....	17.630	10.905
2013.....	24.993	40.403
2014.....	10.657	22.356
2015.....	5.528	22.304
2016.....	408	22.511
2017.....	422	26.039
2018.....	103	16.180
2019.....	-	107
Total.....	74.549	240.365

O valor presente dos créditos tributários, calculado com base na taxa média projetada do CDI, totalizava R\$ 59.201 em 2011 (R\$ 157.084 em 2010).

23. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas são assim resumidas:

a) As transações com controladoras, controladas e outras partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

SG Equipment Finance S.A. - Arrendamento Mercantil:	Banco		Consolidado	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	2011	2010
Outros valores a receber de ligadas (*).....	14	14	88	129
Depósitos à vista.....	(25)	(17)	-	-
Société Générale S.A. - Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários:				
Outros valores a receber de ligadas (*).....	12	75	70	70
Depósitos à vista.....	(3)	(2)	-	-
Depósitos interfinanceiros.....	(15.170)	(15.235)	(806)	(634)
Sgam Sociedade Asset Management Brasil Ltda.				
Outros valores a receber de ligadas (*).....	2	2	10	10
Depósitos à vista.....	(2)	(5)	-	-
Société Générale - Nova York:				
Depósitos à vista.....	(518)	(520)	(717)	(21)
Société Générale - Paris:				
Depósitos no exterior em moeda estrangeira.....	538	1.628	-	(10.596)
Aplicações em moeda estrangeira.....	68.653	-	-	-
Obrigações em moeda estrangeira.....	-	(7)	-	-
Société Générale - Shanghai:				
Obrigações em moeda estrangeira.....	-	-	-	(241)
Société Générale - Cayman:				
Obrigações em moeda estrangeira.....	(117.279)	(83.632)	3.782	-
Banco Pecúnia S.A.:				
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	749.842	575.045	38.463	26.835
Depósitos interfinanceiros.....	-	(93.468)	(22)	(1.563)
Sogener Administração e Serviços Ltda.				
Outros valores a receber de ligadas (*).....	2	1	10	5
Outros valores a pagar de ligadas (**)......	(32)	(807)	(266)	(502)
Depósitos à vista.....	(2)	(51)	-	-
Depósitos a prazo.....	(1.768)	(972)	(96)	(49)
Banco Cacique S.A.				
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	1.771.783	1.556.778	94.294	67.564
Depósitos interfinanceiros.....	-	(1.400)	(263)	(250)
Ald Automotive Ltda.				
Depósitos à vista.....	(19)	(5)	-	-
Depósitos a prazo.....	(20.432)	(1.841)	(4.920)	(142)
Operações com swap - diferencial a receber.....	35.892	30.317	1.707	(732)
Empréstimos.....	65.610	164.796	(2.260)	7.255

Resumo por conta:

	2011	2010
Depósitos no exterior em moeda estrangeira.....	575	6.687
Aplicações em moeda estrangeira.....	74.317	7.711
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	2.521.625	2.131.823
Devedores diversos no exterior (*).....	10.879	8.854
Outros valores a receber de ligadas (*).....	30	29
Outros valores a pagar de ligadas (**)......	(32)	(807)
Depósitos à vista.....	(51)	(80)
Depósitos a prazo.....	(22.718)	(3.333)
Depósitos interfinanceiros.....	(15.170)	(110.103)
Credores diversos no exterior (**)......	(16.601)	(4.043)
Obrigações em moeda estrangeira.....	(873.859)	(682.241)
Obrigações por empréstimos do exterior.....	(1.505.740)	(788.652)
Obrigações por repasses do exterior.....	(31.408)	(66.407)
Operações com swap - diferencial a receber.....	35.892	30.317
Empréstimos.....	65.610	164.796

(*) Nota explicativa nº 13.a

(**) Nota explicativa nº 13.c

	Consolidado		Receitas (despesas)	
	2011	2010	2011	2010
Société Générale - Nova York:				
Depósitos no exterior em moeda estrangeira.....	538	1.628	-	(10.596)
Aplicações em moeda estrangeira.....	68.653	-	-	-
Obrigações em moeda estrangeira.....	-	(7)	-	-
Société Générale - Paris:				
Disponibilidades em moedas estrangeiras.....	34	-	-	-
Depósitos no exterior em moeda estrangeira.....	37	5.059	38.807	(719)
Aplicações em moeda estrangeira.....	5.664	7.711	(373)	19
Devedores diversos no exterior (*).....	10.879	8.854	7.452	6.410
Obrigações em moeda estrangeira.....	(1.057.300)	(598.602)	3.464	(17.573)
Credores diversos no exterior (**)......	(22.302)	(4.043)	(16.603)	(4.617)
Obrigações por empréstimos do exterior.....	(1.864.463)	(1.573.079)	87.091	(63.203)
Obrigações por repasses do exterior.....	(31.408)	(66.407)	1.791	(2.217)
Société Générale - Shanghai:				
Obrigações em moeda estrangeira.....	-	-	-	(241)
Société Générale - Cayman:				
Obrigações em moeda estrangeira.....	(117.279)	(83.632)	3.782	-
Sogener Administração e Serviços Ltda.				
Outros valores a receber de ligadas (*).....	2	1	10	5
Outros valores a pagar de ligadas (**)......	(32)	(807)	(266)	(502)
Depósitos à vista.....	(2)	(5)	-	-
Depósitos a prazo.....	(1.768)	(972)	(96)	(49)
Ald Automotive Ltda.				
Depósitos à vista.....	(19)	(5)	-	-
Depósitos a prazo.....	(20.432)	(1.841)	(4.920)</	

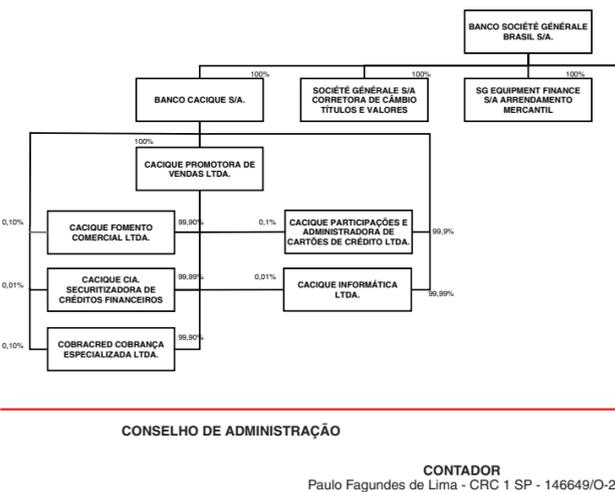
NOTAS EXPLICATIVAS  S DEMONSTRA OES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010 - (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

30. EVENTO SUBSEQUENTE

Em Assembl ea Geral Extraordinária do Banco, realizada em 28 de julho de 2011, foi aprovada a proposta de aumento do capital social do Banco de R\$ 1.404.908, para R\$ 1.672.912, mediante a emissão de novas a es pelo preço de R\$ 2.907,65 por a o, sendo 46.086 a es ordinárias com direito a voto e 46.086 a es preferenciais sem direito a voto, todas nominativas e sem valor nominal, com a finalidade de reequilibrar o  ndice de imobiliza o e antecipar requerimento de capital adicional, instituído pela Circular BACEN n  3.315/10, vigente a partir de 1  de julho de 2011.

31. ESTRUTURA DO GRUPO SOCIÉTÉ GÉNÉRALE BRASILEIRO

30 de junho 2011



CONSELHO DE ADMINISTRA O
CONTADOR
Paulo Fagundes de Lima - CRC 1 SP - 146649/O-2

DIRETORIA

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - O Comitê de Auditoria do Banco Société Générale Brasil S.A. (Comitê),  rg o estatutário de caráter permanente, foi instituído em 31 de março de 2010 em atendimento   Resolu o n  3.198/04 do Conselho Monetário Nacional - CMN. Reportando-se diretamente ao Conselho de Administra o e composto por quatro diretores indicados por este órgão, compete ao Comitê, no âmbito do Conglomerado Société Générale Brasil, atuar em conformidade com o disposto em seu regimento assessorando o Conselho de Administra o no desempenho de suas atribui es relacionadas a: • Acompanhamento das práticas contábeis adotadas na elabora o das demonstra es financeiras da Sociedade e de suas controladas; • Na indica o e avalia o da efetividade das auditorias independente e interna, bem como no acompanhamento das suas recomenda es de melhorias nos controles internos; • Avalia o da efetividade dos controles internos. O Comitê reuniu-se formalmente 3 vezes desde a aprova o das demonstra es financeiras relativas ao período encerrado em dezembro/2010 até a conclusão das atividades relativas ao semestre encerrado em 30 de junho de 2011, além de ter mantido o trabalho para discussão de assuntos específicos com diretores e especialistas das institui es que compõem o Conglomerado, bem como consultas e audi es externas. Dentre as atividades do período destacam-se: • Avalia o da efetividade das auditorias interna e externa; • Avalia o dos relatórios de auditoria das empresas do Conglomerado, relatórios dos diretores responsáveis pela custódia e relatórios dos auditores internos sobre a adequa o da estrutura e da atividade de auditoria; • Avalia o da efetividade dos sistemas de controle interno do Conglomerado, com ênfase no cumprimento do disposto na Resolu o 2.554/98 e 3380/06; • Avalia o da qualidade das demonstra es contábeis do período; • Acompanhamento do projeto de convergência local e aprova o das demonstra es financeiras ao padrão IFRS; • Acompanhamento do atendimento aos apontamentos feitos pelos órgãos reguladores e Auditores Independentes; • Aprova o de altera es na composi o e procedimentos operacionais de comit s subordinados ao Comitê de Auditoria. Em vista dos resultados dos trabalhos conduzidos, o Comitê concluiu serem satisfatórios e eficazes os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e independente bem como os sistemas e procedimentos de controles internos, recomendando a aprova o das demonstra es financeiras individuais e consolidadas do Conglomerado relativas ao primeiro semestre de 2011. São Paulo, 26 de agosto de 2011. Comitê de Auditoria.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

São Acionistas e Administradores do Banco Société Générale Brasil S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstra es financeiras, individuais e consolidadas, do Banco Société Générale Brasil S.A. ("Banco") e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial, individual e consolidado, em 30 de junho de 2011, e as respectivas demonstra es, individuais e consolidadas, do resultado, das muta es do patrimônio líquido (Banco) e dos fluxos de caixa referentes ao semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administra o sobre as Demonstra es Financeiras** - A Administra o do Banco   responsável pela elabora o e adequada apresenta o dessas demonstra es financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às institui es autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elabora o de demonstra es financeiras livres de distor o relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Auditores Independentes** - Nossa responsabilidade   a de expressar uma opinião sobre essas demonstra es financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências  ticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstra es financeiras estão livres de distor o relevante. Uma auditoria envolve a execu o de procedimentos selecionados para obten o de evidência a respeito dos valores e divulga es apresentados nas demonstra es financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avalia o dos riscos de distor o relevante nas demonstra es financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avalia o de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elabora o e a adequada apresenta o das demonstra es financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avalia o da adequa o das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administra o, bem como a avalia o da apresenta o das demonstra es financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida   suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Base para Opinião com Ressalva** - A controlada SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil registra as suas opera es e elabora as suas demonstra es financeiras com a observa o das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, as quais requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil, o qual   registrado como insuficiência ou superav ncia de deprecia o, classificada no ativo permanente. Essas diretrizes, embora propiciem a apura o do resultado e do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, não requerem a reclassifica o das opera es para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo e das receitas e despesas de arrendamento mercantil, que permanecem registradas e apresentadas de acordo com as disposi es da Lei n  6.097/74 nas demonstra es financeiras consolidadas. **Opinião com Ressalva** - Em nossa opinião, exceto pelo assunto descrito no parágrafo "Base para Opinião com Ressalva" com respeito às demonstra es financeiras consolidadas, as demonstra es financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posi o patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Banco Société Générale Brasil S.A., em 30 de junho de 2011, o desempenho de suas opera es e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às institui es autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Ent se -  gio** - Conforme demonstrado nas notas explicativas nós. 16.a e 17 às demonstra es financeiras, o Banco e sua controlada Banco Cacique S.A. possuem  gios, gerados, respectivamente, em aquisi es de controladas e incorpora o reversa, os quais são avaliados a valor recuperável, conforme Resolu o BACEN n  3.566/08, com base nas expectativas de gera o de resultados futuros, substanciadas em estudos elaborados e aprovados para os próximos exercícios pelas suas respectivas Administra es. A recupera o desses ativos depende, portanto, da eleva o das a es previstas naqueles estudos, que contemplam aportes de recursos pelos acionistas, crescimento da carteira de crédito, redu o de custos administrativos e resultados positivos futuros das opera es do Banco. **Crédito Tributário** - Conforme mencionado na nota explicativa n . 16.b às demonstra es financeiras, a controlada Banco Pecunia S.A. mant m imposto de renda e contribui o social diferidos ativos, no montante de R\$67.345 mil, oriundos de prejuízos fiscais, base negativa de contribui o social e diferenças temporárias, com base na expectativa de gera o de lucros tributáveis futuros, substanciada em estudo elaborado e aprovado para os próximos exercícios pela sua administra o. A recupera o do saldo de imposto de renda e contribui o social diferidos ativos dessa controlada depende, portanto, da efetiva o das a es previstas naquele estudo, que contemplam aportes de recursos e resultados futuros positivos nas opera es. **Desenquadramento do Limite de Imobiliza o** - Sem modificar nossa opinião, chamamos aten o para a nota explicativa n . 30, que menciona que o limite de imobiliza o encontra-se desenquadrado em rela o ao requerido pelo Banco Central do Brasil, isto ocorre em decorrência da baixa do crédito tributário, do Banco Cacique S.A., citada na nota explicativa n . 16.a. A Administra o do Banco entende que a medida financeira levada a cabo em 28 de julho de 2011, citada na nota explicativa n  30, afet r  positivamente a estrutura de capital regulatório do Banco de forma a restabelecer o enquadramento do limite.

São Paulo, 26 de agosto de 2011.

Deloitte
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC n  2 SP 011609/O-8

Francisco Ant nio Maldonado Sant'Anna
Contador
CRC n  1 SP 120424/O-8

SOCIÉTÉ GENERALE
Corporate & Investment Banking

SG Equipment Finance S.A. - Arrendamento Mercantil
(Anteriormente Société Générale Leasing S.A. Arrendamento Mercantil)
(pertencente ao Sistema Financeiro Société Générale Brasil)

CNPJ 62.816.426/0001-75
Alameda Rio Negro, 433 - 4  andar - Prédio I
Alphaville Empresarial - CEP 06454-000 - Barueri - SP
Telefone: 0xx11 2666-2281
www.sgef.com.br

Prezados Acionistas: Em cumprimento às determina es legais e estatutárias, apresentamos as demonstra es financeiras, referentes aos semestres findos em 30 de junho de 2011 e de 2010 da SG Equipment Finance S.A. - Arrendamento Mercantil juntamente com o parecer dos auditores independentes.

RELATÓRIO DA DIRETORIA

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010 - (Em milhares de reais - R\$)

	2011	2010		2011	2010
ATIVO CIRCULANTE	46.073	16.422	PASSIVO CIRCULANTE	26.431	39.169
Disponibilidades	2.122	18	Obriga�es por Empréstimos e Repasses	16.229	32.321
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	42.355	13.560	Empréstimos no Exterior	16.229	32.321
Carteira Própria	18.787	4.338	Outras Obriga�es	10.202	6.848
Vinculados � Presta�o de Garantias	23.568	9.222	Fiscais e Previdenciárias	1.754	1.516
Opera�es de Arrendamento Mercantil	(158)	7	Negocia�o e Intermedia�o de Valores	1.973	768
Arrendamentos e Subarrendamentos a Receber - Setor Privado	95.249	41.208	Diversas	6.475	4.564
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil - Setor Privado	(94.350)	(41.193)	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	326.660	68.624
Arrendamentos e Subarrendamentos a Receber - Setor Público	34.687	6.797	Obriga�es por Empréstimos e Repasses	284.491	55.011
Arrendamentos e Subarrendamentos a Receber - Setor Público	(34.687)	(6.797)	Empréstimos no Exterior	284.491	55.011
Provisão para Opera�es de Arrendamento Mercantil de Liquida�o Duvidosa	(1.057)	(8)	Outras Obriga�es	42.169	13.613
Outros Créditos	3.354	2.787	Fiscais e Previdenciárias	2.041	1.765
Diversos	3.354	2.787	Diversas	40.128	11.848
Outros Valores e Bens	405	50	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23.656	25.525
Despesas Antecipadas	405	50	Capital Social	23.398	23.398
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	-	-	Reserva Legal	314	-
Opera�es de Arrendamento Mercantil	-	-	Reserva Estatutária	-	1.840
Arrendamentos e Subarrendamentos a Receber - Setor Privado	96.965	51.395	Prejuízos Acumulados	(56)	-
Arrendamentos e Subarrendamentos a Receber - Setor Público	(96.965)	(51.395)	TOTAL DO ATIVO	376.747	133.318
Arrendamentos e Subarrendamentos a Receber - Setor Público	73.437	10.979			
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil - Setor Público	(73.437)	(10.979)			
PERMANENTE	330.674	116.896			
Imobiliza�o de Uso	864	202			
Outras Imobiliza�es de Uso	420	245			
Deprecia�es e Amortiza�es	(420)	(245)			
Deprecia�es Acumuladas	(80)	(43)			
Amortiza�o de Custos em Imóveis de Terceiros	(23)	-			
Imobiliza�o de Arrendamento	329.698	116.582			
Bens Arrendados	392.336	128.336			
Superav�ncias de Deprecia�es	8.165	7.059			
Perdas de Arrendamento a Amortizar	5.094	1.705			
Deprecia�o de Arrendamento	(74.687)	(20.452)			
Amortiza�o de Perdas de Arrendamento	(1.698)	(66)			
Intangível	112	112			
Licenças de Uso de Software	112	112			
TOTAL DO ATIVO	376.747	133.318			

DEMONSTRA OES DAS MUTA OES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010 - (Em milhares de reais - R\$)

	2011	2010
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	23.398	2.358
Preju�o Líquido do Semestre	-	(2.414)
Absor�o de Preju�os com Reserva de Lucros	-	(2.358)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011	23.398	(56)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	23.398	(406)
Lucro Líquido do Semestre	-	2.364
Constitui�o de Reserva Legal	-	(118)
Constitui�o de Reserva de Lucros	-	1.840
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2010	23.398	287

NOTAS EXPLICATIVAS  S DEMONSTRA OES FINANCEIRAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010 - (Em milhares de reais - R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL
A SG Equipment Finance S.A. - Arrendamento Mercantil ("Sociedade") tem por objeto social a prática das opera es de arrendamento mercantil definidas pela Lei n  6.099, de 12 de setembro de 1974. Suas opera es são conduzidas no contexto de um conjunto de institui es que atuam integralmente no mercado financeiro. O benefício dos serviços prestados entre essas institui es e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo critérios de praticabilidade e razoabilidade, em conjunto ou individualmente.

2. BASE DE PREPARA O E APRESENTA O DAS DEMONSTRA OES FINANCEIRAS
As demonstra es financeiras da Sociedade são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas às normas e instru es do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), no que forem aplicáveis. Em decorrência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, porém nem todos homologados pelo BACEN. Dessa forma, a Sociedade, na elabora o das demonstra es financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN: a) CPC 01 - Redu o ao Valor Recuperável de Ativos - homologado pela Resolu o BACEN n  3.566/08; b) CPC 03 - Demonstra o dos Fluxos de Caixa - homologado pela Resolu o BACEN n  3.604/08; c) CPC 05 - Divulga o sobre Partes Relacionadas - homologado pela Resolu o BACEN n  3.750/09; d) CPC 24 - Evento Subsequente - homologado pela Resolu o BACEN n  3.973/11; e) CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - homologado pela Resolu o BACEN n  3.823/09; Atualmente não   possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utiliza o dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva. Foram efetuadas reclassifica es nas demonstra es financeiras de 30/06/10 para melhor compara o das informa es de 30/06/11.

3. S MARIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
As principais práticas contábeis de avalia o dos elementos patrimoniais são as seguintes: a) **Apura o do resultado:** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para aquelas de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas a opera es com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As opera es com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As opera es com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas dos balanços. b) **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moedas nacional e títulos e valores mobiliários - LTN cujo vencimento das opera es na data da efetiva aplica o seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de mercado dos títulos classificados como "disponíveis para venda" são contabilizados em conta destacada do patrimônio líquido denominada "Ajustes de avalia o patrimonial", líquido dos efeitos tributários. Os instrumentos financeiros derivativos são compostos por opera es de futuros, os quais tem o valor dos ajustes diários contabilizado em conta de ativo ou passivo e apropriado como receita ou despesa. Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de prote o contra riscos ("hedge") podem ser classificados como: I - "hedge" de risco de mercado; e II - "hedge" de fluxo de caixa. Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte: (1) Para aqueles classificados como hedge de risco de mercado, a valoriza o ou a desvaloriza o   registrada em contrapartida   adequa o conta de receita ou despesa no resultado do semestre. Os ajustes a valor de mercado são realizados na rubrica "Valores residuais a balancear" são contabilizados em conta destacada do patrimônio líquido denominada "Ajustes de avalia o patrimonial", líquido dos efeitos tributários. Os instrumentos financeiros derivativos são compostos por opera es de futuros, os quais tem o valor dos ajustes diários contabilizado em conta de ativo ou passivo e apropriado como receita ou despesa. Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de prote o contra riscos ("hedge") podem ser classificados como: I - "hedge" de risco de mercado; e II - "hedge" de fluxo de caixa. Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte: (1) Para aqueles classificados como hedge de risco de mercado, a valoriza o ou a desvaloriza o   registrada em contrapartida   adequa o conta de receita ou despesa no resultado do semestre. Os ajustes a valor de mercado são realizados na rubrica "Valores residuais a balancear" são contabilizados em conta destacada do patrimônio líquido denominada "Ajustes de avalia o patrimonial", líquido dos efeitos tributários. Os instrumentos financeiros derivativos são compostos por opera es de futuros, os quais tem o valor dos ajustes diários contabilizado em conta de ativo ou passivo e apropriado como receita ou despesa. Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de prote o contra riscos ("hedge") podem ser classificados como: I - "hedge" de risco de mercado; e II - "hedge" de fluxo de caixa. Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte: (1) Para aqueles classificados como hedge de risco de mercado, a valoriza o ou a desvaloriza o   registrada em contrapartida   adequa o conta de receita ou despesa no resultado do semestre. Os ajustes a valor de mercado são realizados na rubrica "Valores residuais a balancear" são contabilizados em conta destacada do patrimônio líquido denominada "Ajustes de avalia o patrimonial", líquido dos efeitos tributários. Os instrumentos financeiros derivativos são compostos por opera es de futuros, os quais tem o valor dos ajustes diários contabilizado em conta de ativo ou passivo e apropriado como receita ou despesa. Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de prote o contra riscos ("hedge") podem ser classificados como: I - "hedge" de risco de mercado; e II - "hedge" de fluxo de caixa. Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte: (1) Para aqueles classificados como hedge de risco de mercado, a valoriza o ou a desvaloriza o   registrada em contrapartida   adequa o conta de receita ou despesa no resultado do semestre. Os ajustes a valor de mercado são realizados na rubrica "Valores residuais a balancear" são contabilizados em conta destacada do patrimônio líquido denominada "Ajustes de avalia o patrimonial", líquido dos efeitos tributários. Os instrumentos financeiros derivativos são compostos por opera es de futuros, os quais tem o valor dos ajustes diários contabilizado em conta de ativo ou passivo e apropriado como receita ou despesa. Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de prote o contra riscos ("hedge") podem ser classificados como: I - "hedge" de risco de mercado; e II - "hedge" de fluxo de caixa. Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte: (1) Para aqueles classificados como hedge de risco de mercado, a valoriza o ou a desvaloriza o   registrada em contrapartida   adequa o conta de receita ou despesa no resultado do semestre. Os ajustes a valor de mercado são realizados na rubrica "Valores residuais a balancear" são contabilizados em conta destacada do patrimônio líquido denominada "Ajustes de avalia o patrimonial", líquido dos efeitos tributários. Os instrumentos financeiros derivativos são compostos por opera es de futuros, os quais tem o valor dos ajustes diários contabilizado em conta de ativo ou passivo e apropriado como receita ou despesa. Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de prote o contra riscos ("hedge") podem ser classificados como: I - "hedge" de risco de mercado; e II - "hedge" de fluxo de caixa. Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte: (1) Para aqueles classificados como hedge de risco de mercado, a valoriza o ou a desvaloriza o   registrada em contrapartida   adequa o conta de receita ou despesa no resultado do semestre. Os ajustes a valor de mercado são realizados na rubrica "Valores residuais a balancear" são contabilizados em conta destacada do patrimônio líquido denominada "Ajustes de avalia o patrimonial", líquido dos efeitos tributários. Os instrumentos financeiros derivativos são compostos por opera es de futuros, os quais tem o valor dos ajustes diários contabilizado em conta de ativo ou passivo e apropriado como receita ou despesa. Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de prote o contra riscos ("hedge") podem ser classificados como: I - "hedge" de risco de mercado; e II - "hedge" de fluxo de caixa. Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte: (1) Para aqueles classificados como hedge de risco de mercado, a valoriza o ou a desvaloriza o   registrada em contrapartida   adequa o conta de receita ou despesa no resultado do semestre. Os ajustes a valor de mercado são realizados na rubrica "Valores residuais a balancear" são contabilizados em conta destacada do patrimônio líquido denominada "Ajustes de avalia o patrimonial", líquido dos efeitos tributários. Os instrumentos financeiros derivativos são compostos por opera es de futuros, os quais tem o valor dos ajustes diários contabilizado em conta de ativo ou passivo e apropriado como receita ou despesa. Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de prote o contra riscos ("hedge") podem ser classificados como: I - "hedge" de risco de mercado; e II - "hedge" de fluxo de caixa. Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte: (1) Para aqueles classificados como hedge de risco de mercado, a valoriza o ou a desvaloriza o   registrada em contrapartida   adequa o conta de receita ou despesa no resultado do semestre. Os ajustes a valor de mercado são realizados na rubrica "Valores residuais a balancear" são contabilizados em conta destacada do patrimônio líquido denominada "Ajustes de avalia o patrimonial", líquido dos efeitos tributários. Os instrumentos financeiros derivativos são compostos por opera es de futuros, os quais tem o valor dos ajustes diários contabilizado em conta de ativo ou passivo e apropriado como receita ou despesa. Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de prote o contra riscos ("hedge") podem ser classificados como: I - "hedge" de risco de mercado; e II - "hedge" de fluxo de caixa. Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte: (1) Para aqueles classificados como hedge de risco de mercado, a valoriza o ou a desvaloriza o   registrada em contrapartida   adequa o conta de receita ou despesa no resultado do semestre. Os ajustes a valor de mercado são realizados na rubrica "Valores residuais a balancear" são contabilizados em conta destacada do patrimônio líquido denominada "Ajustes de avalia o patrimonial", líquido dos efeitos tributários. Os instrumentos financeiros derivativos são compostos por opera es de futuros, os quais tem o valor dos ajustes diários contabilizado em conta de ativo ou passivo e apropriado como receita ou despesa. Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de prote o contra riscos ("hedge") podem ser classificados como: I - "hedge" de risco de mercado; e II - "hedge" de fluxo de caixa. Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte: (1) Para aqueles classificados como hedge de risco de mercado, a valoriza o ou a desvaloriza o   registrada em contrapartida   adequa o conta de receita ou despesa no resultado do semestre. Os ajustes a valor de mercado são realizados na rubrica "Valores residuais a balancear" são contabilizados em conta destacada do patrimônio líquido denominada "Ajustes de avalia o patrimonial", líquido dos efeitos tributários. Os instrumentos financeiros derivativos são compostos por opera es de futuros, os quais tem o valor dos ajustes diários contabilizado em conta de ativo ou passivo e apropriado como receita ou despesa. Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de prote o contra riscos ("hedge") podem ser classificados como: I - "hedge" de risco de mercado; e II - "hedge" de fluxo de caixa. Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte: (1) Para aqueles classificados como hedge de risco de mercado, a valoriza o ou a desvaloriza o   registrada em contrapartida   adequa o conta de receita ou despesa no resultado do semestre. Os ajustes a valor de mercado são realizados na rubrica "Valores residuais a balancear" são contabilizados em conta destacada do patrimônio líquido denominada "Ajustes de avalia o patrimonial", líquido dos efeitos tributários. Os instrumentos financeiros derivativos são compostos por opera es de futuros, os quais tem o valor dos ajustes diários contabilizado em conta de ativo ou passivo e apropriado como receita ou despesa. Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de prote o contra riscos ("hedge") podem ser classificados como: I - "hedge" de risco de mercado; e II - "hedge" de fluxo de caixa. Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte: (1) Para aqueles classificados como hedge de risco de mercado, a valoriza o ou a desvaloriza o   registrada em contrapartida   adequa o conta de receita ou despesa no resultado do semestre. Os ajustes a valor de mercado são realizados na rubrica "Valores residuais a balancear" são contabilizados em conta destacada do patrimônio líquido denominada "Ajustes de avalia o patrimonial", líquido dos efeitos tributários. Os instrumentos financeiros derivativos são compostos por opera es de futuros, os quais tem o valor dos ajustes diários contabilizado em conta de ativo ou passivo e apropriado como receita ou despesa. Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de prote o contra riscos ("hedge") podem ser classificados como: I - "hedge" de risco de mercado; e II - "hedge" de fluxo de caixa. Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte: (1) Para aqueles classificados como hedge de risco de mercado, a valoriza o ou a desvaloriza o   registrada em contrapartida   adequa o conta de receita ou despesa no resultado do semestre. Os ajustes a valor de mercado são realizados na rubrica "Valores residuais a balancear" são contabilizados em conta destacada do patrimônio líquido denominada "Ajustes de avalia o patrimonial", líquido dos efeitos tributários. Os instrumentos financeiros derivativos são compostos por opera es de futuros, os quais tem o valor dos ajustes diários contabilizado em conta de ativo ou passivo e apropriado como receita ou despesa. Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de prote o contra riscos ("hedge") podem ser classificados como: I - "hedge" de risco de mercado; e II - "hedge" de fluxo de caixa. Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte: (1) Para aqueles classificados como hedge de risco de mercado, a valoriza o ou a desvaloriza o   registrada em contrapartida   adequa o conta de receita ou despesa no resultado do semestre. Os ajustes a valor de mercado são realizados na rubrica "Valores residuais a balancear" são contabilizados em conta destacada do patrimônio líquido denominada "Ajustes de avalia o patrimonial", líquido dos efeitos tributários. Os instrumentos financeiros derivativos são compostos por opera es de futuros, os quais tem o valor dos ajustes diários contabilizado em conta de ativo ou passivo e apropriado como receita ou despesa. Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de prote o contra riscos ("hedge") podem ser classificados como: I - "hedge" de risco de mercado; e II - "hedge" de fluxo de caixa. Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte: (1

NOTAS EXPLICATIVAS  S DEMONSTRA OES FINANCEIRAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010 - (Em milhares de reais - R\$)

a) Composi o do valor presente dos contratos de arrendamento mercantil financeiro:

	2011	2010
Arrendamentos a receber - setor privado.....	192.214	73.175
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil.....	(191.315)	(73.175)
Arrendamento a receber - setor público.....	108.124	17.776
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil.....	(108.124)	(17.776)
Imobilizado de arrendamento, líquido de deprecia�o.....	309.400	89.650
Superveniência de deprecia�o (nota explicativa n� 11 a).....	8.165	7.059
Perdas em arrendamento a amortizar líquidas (nota explicativa n� 11 a).....	3.396	-
Credores por antecip�o de valor residual (nota explicativa n� 10 c).....	(31.181)	(11.848)
Valor presente dos contratos de arrendamento mercantil.....	<u>290.679</u>	<u>84.861</u>

a.1) Composi o do arrendamento financeiro por vencimento:

	2011		2010	
	Valor	%	Valor	%
Prazo:				
Vencidas a partir de 15 dias.....	227	0,1%	-	-
A vencer até 3 meses.....	37.924	13,0%	14.051	16,5%
A vencer de 3 a 12 meses.....	87.611	30,2%	27.205	32,1%
A vencer de 1 a 3 anos.....	133.422	45,9%	39.040	46,0%
A vencer de 3 a 5 anos.....	31.495	10,8%	4.565	5,4%
Total.....	<u>290.679</u>	<u>100,0%</u>	<u>84.861</u>	<u>100,0%</u>

a.2) Composi o do arrendamento financeiro por atividade:

	2011		2010	
	Valor	Percentual sobre o Total	Valor	Percentual sobre o Total
Setor Privado:				
Indústria.....	18.335	6,31%	3.054	3,60%
Comércio.....	46.491	15,99%	17.763	20,93%
Institui�o Financeira.....	15.972	5,49%	998	1,18%
Outros Serviços.....	102.132	35,14%	45.315	53,40%
Setor Público:				
Outros Serviços.....	107.749	37,07%	17.731	20,89%
Total.....	<u>290.679</u>	<u>100,0%</u>	<u>84.861</u>	<u>100,0%</u>

a.3) Composi o do arrendamento financeiro por maiores devedores:

	2011		2010	
	Valor	%	Valor	%
Principal devedor.....	107.750	37,07%	17.731	20,89%
10 seguintes maiores devedores.....	108.082	37,18%	48.086	56,67%
20 seguintes maiores devedores.....	40.784	13,99%	17.818	20,89%
50 seguintes maiores devedores.....	31.135	10,71%	1.226	1,44%
100 seguintes maiores devedores.....	2.928	1,01%	86	0,10%
Total.....	<u>290.679</u>	<u>100,0%</u>	<u>84.861</u>	<u>100,0%</u>

b) Arrendamento operacional:

	2011	2010
Arrendamentos a receber - setor privado.....	7.073	19.421
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil.....	(7.073)	(19.421)
Total.....	-	-

b.1) Composi o do arrendamento operacional por vencimento:

	2011		2010	
	Valor	%	Valor	%
Prazo:				
A vencer até 3 meses.....	1.443	20,4%	2.930	15,1%
A vencer de 3 a 12 meses.....	1.969	27,8%	3.816	19,6%
A vencer de 1 a 3 anos.....	3.014	42,6%	12.675	65,3%
A vencer de 3 a 5 anos.....	647	9,2%	-	-
Total.....	<u>7.073</u>	<u>100,0%</u>	<u>19.421</u>	<u>100,0%</u>

b.2) Composi o do arrendamento operacional por atividade:

	2011		2010	
	Valor	Percentual sobre o Total	Valor	Percentual sobre o Total
Setor privado:				
Indústria.....	1.198	16,94%	-	-
Comércio.....	1.987	28,09%	18.423	94,86%
Outros serviços.....	3.888	54,97%	998	5,14%
Total.....	<u>7.073</u>	<u>100,0%</u>	<u>19.421</u>	<u>100,0%</u>

9. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE ARRENDAMENTO MERCANTIL DE LIQUIDA O DUVIDOSA
Em 30 de junho de 2011, a provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquida o duvidosa foi de R\$ 1.057 (R\$ 8 em 2010). O risco da carteira de arrendamento mercantil, a valor presente, e a provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquida o duvidosa, conforme estabelecido na Resolu o CMN n  2.682/99, estavam assim distribuídos:

Nível de Risco	Percentual de Provisão	2011			2010		
		Curso Normal	Total da Carteira	Provisão	Curso Normal	Total da Carteira	Provisão
AA.....	0,0%	272.334	-	272.334	-	83.361	-
A.....	0,5%	2.185	-	2.185	11	1.500	8
C.....	3,0%	13.468	-	13.468	404	-	-
D.....	10,0%	1.921	150	2.071	207	-	-
G.....	70,0%	544	77	621	435	-	-
Total.....		<u>290.452</u>	<u>227</u>	<u>290.679</u>	<u>1.057</u>	<u>84.861</u>	<u>8</u>

A moviment o da provisão para créditos de liquida o duvidosa   assim resumida:

	2011	2010
Saldo inicial.....	91	-
Constitui�o.....	966	8
Saldo final.....	<u>1.057</u>	<u>8</u>

Durante os semestres findos em 30 de junho de 2011 e de 2010, não foram recuperados créditos anteriormente baixados contra provisão para opera es de arrendamento mercantil de liquida o duvidosa.

10. OUTROS CRÉDITOS E OUTRAS OBRIGA OES
a) Outros créditos - diversos:

	2011	2010
Impostos a compensar.....	2.525	2.160
Adiantamentos salariais.....	-	36
Devedores diversos País.....	829	591
Total.....	<u>3.354</u>	<u>2.787</u>
Curto prazo.....	3.354	2.787
Longo prazo.....	-	-

b) Outras obriga es - fiscais e previdenciárias:

	2011	2010
Impostos e contribui�es a recolher.....	351	226
Provisão para imposto de renda diferido sobre superveniência de deprecia�o (nota explicativa n� 12 c).....	2.041	1.765
Provisão para impostos e contribui�es a pagar.....	1.403	1.291
Total.....	<u>3.795</u>	<u>3.282</u>
Curto prazo.....	1.754	1.516
Longo prazo.....	2.041	1.765

c) Outras obriga es - diversas:

	2011	2010
Credores por antecip�o de valor residual (nota explicativa n� 8 a).....	31.181	11.848
Obriga�es por aquisi�o de bens e direitos.....	7	21
Provisão para pagamentos a efetuar (i).....	15.401	4.529
Valores a pagar a sociedade ligada (nota explicativa n� 15).....	14	14
Total.....	<u>46.603</u>	<u>16.412</u>
Curto prazo.....	6.475	4.564
Longo prazo.....	40.128	11.848

(i) Refere-se, principalmente, ao diferimento de desconto comercial obtido junto aos fornecedores, oriundos de opera es de arrendamento mercantil, no montante de R\$ 11.638 (R\$ 4.170 em 2010), pagamento a fornecedores de bens objeto de arrendamento mercantil, no montante de R\$ 1.976 (R\$ 7 em 2010) e pagamento de despesas de pessoal, no montante de R\$ 1.476 (R\$ 236 em 2010).

11. IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO
a) Bens Arrendados - Arrendamento Financeiro:

	Taxa anual de Deprecia�o (%)	2011	2010
Máquinas e equipamentos.....	14,29%	153.096	53.008
Veículos e afins.....	28,57%	30.177	14.078
Equipamentos de informática.....	28,57%	184.230	40.905
Aeronaves.....	28,57%	13.545	-
Superveniência de deprecia�o (nota explicativa n� 8 a).....	-	8.165	7.059
Perdas em arrendamento a amortizar líquidas (*).....	-	3.396	-
Deprecia�o acumulada.....	-	(71.648)	(18.340)
Total.....	-	<u>320.961</u>	<u>96.710</u>

(*) notas explicativas n  3 i e 8 a

b) Bens Arrendados - Arrendamento Operacional:

	Taxa anual de Deprecia�o (%)	2011	2010
Equipamentos de informática.....	28,57%	11.288	20.345
Deprecia�o acumulada.....	-	(2.551)	(2.112)
Total.....	-	<u>8.737</u>	<u>18.233</u>

c) Bens Arrendados - Total:

	Taxa anual de Deprecia�o (%)	2011	2010
Máquinas e equipamentos.....	14,29%	153.096	53.008
Veículos e afins.....	28,57%	30.177	14.078
Equipamentos de informática.....	28,57%	195.518	61.250
Aeronaves.....	28,57%	13.545	-
Superveniência de deprecia�o (nota explicativa n� 8 a).....	-	8.165	7.059
Perdas em arrendamento a amortizar líquidas (*).....	-	3.396	-
Deprecia�o acumulada.....	-	(74.199)	(20.452)
Total.....	-	<u>329.696</u>	<u>114.943</u>

(*) nota explicativa n  3 i

O seguro dos bens arrendados   efetuado pelos arrendatários, com cláusula de benefício em favor da arrendadora.

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUI O SOCIAL
C culo dos encargos com imposto de renda e contribui o social incidentes sobre as opera es nos semestres findos em 30 de junho de 2011 e de 2010:

	Imposto de Renda		Contribui�o Social	
	2011	2010	2011	2010
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribui�o Social.....	(1.319)	4.266	(1.319)	4.266
Alíquota vigente.....	25%	25%	15%	15%
Expectativa de crédito (despesa) de Imposto de Renda e da Contribui�o Social, de acordo com a alíquota vigente.....	318	(1.055)	198	(640)
Efeito do Imposto de Renda e da Contribui�o Social sobre as diferenças permanentes: Juros indenizáveis - MP 472.....	(433)	(85)	(268)	(40)
Efeito do Imposto de Renda e da Contribui�o Social sobre as diferenças temporárias, cujos créditos tributários não foram constituídos: Resultado com marca�o a mercado.....	(553)	(232)	(339)	(140)
Provisão de bônus.....	-	51	-	31
Provisão para devedores duvidosos.....	(230)	-	(145)	-
Outras diferenças temporárias.....	-	(7)	-	(4)
Compens�o de Prejuízo Fiscal e Base Negativa.....	357	218	-	-
Despesa de Imposto de Renda e Contribui�o Social.....	(541)	(1.109)	(554)	(793)

Em 30 de junho de 2011, a Sociedade possui prejuízos fiscais de R\$ 33.959 (R\$ 35.487 em 2010) e diferenças temporárias referentes   provisão não dedutível de R\$ 4.289 (R\$ 1.194 em 2010), totalizando o montante de R\$ 38.248 (R\$ 36.681 em 2010), sobre os quais não foi contabilizado imposto de renda diferido (25%) no montante de R\$ 9.562 (R\$ 9.170 em 2010), que será contabilizado quando da elabora o do estudo técnico que demonstre a capacidade de sua recupera o, em atendimento   Resolu o BACEN n  3.059/02.

b) Constitui o (realiza o) do imposto de renda diferido:

	2011	2010
Base de cáculo: Superveniência (Insuficiência) de deprecia�o.....	(1.233)	2.449
Alíquota de imposto de renda.....	25%	25%
Constitui�o (realiza�o) sobre diferenças temporárias.....	(308)	612

c) Movimenta o do imposto de renda diferido:

	2011	2010
Saldo inicial.....	2.349	1.153
Adi�es (exclusões) líquidas.....	(308)	612
Saldo final (nota explicativa n� 10 b).....	<u>2.041</u>	<u>1.765</u>

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

exigências técnicas dos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstra es financeiras estão livres de distor o relevante. Uma auditoria envolve a execu o de procedimentos selecionados para obten o de evidência a respeito dos valores e divulga es apresentados nas demonstra es financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avalia o dos riscos de distor o relevante nas demonstra es financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avalia o de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elabora o e a adequada apresenta o das demonstra es financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui também a avalia o da adequa o das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas também feitas pela Administra o, bem como a avalia o da apresenta o das demonstra es financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida   suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Base para Opinião com Ressalva sobre as Demonstra es Financeiras - A Sociedade registra suas opera es e elabora suas demonstra es financeiras com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, as quais requerem o ajuste a valor presente da carteira de arrendamento mercantil, o qual   registrado como insuficiência ou superveniência de deprecia o, classificada no ativo permanente. Essas diretrizes não requerem a reclassifica o das

13. OBRIGA OES POR EMPRÉSTIMOS NO EXTERIOR
a) A Sociedade, no curso normal de seus negócios, possui opera es denominadas em moeda estrangeira, decorrentes de obriga es por empréstimos, captados junto   matriz do grupo que estão protegidos por instrumentos financeiros derivativos.

	2011	2010
Empréstimos: Obriga�es por empréstimos no exterior (nota explicativa n� 15).....	300.720	87.333
Total.....	<u>300.720</u>	<u>87.333</u>
Curto prazo.....	16.229	32.321
Longo prazo.....	284.491	55.011

Refere-se a empréstimo contraído junto a empresa ligada no exterior - Société Générale - Paris - com vencimentos até 2016, sujeito   varia o cambial e juros de até 4% ao ano.

b) Resultado com opera es de empréstimos e repasses:

	2011	2010
Juros.....	(2.652)	(8.955)
Vari�o Cambial.....	15.614	5.481
Total (nota explicativa n� 15).....	<u>12.962</u>	<u>(3.474)</u>

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
a) Capital Social: O Capital Social está representado por 852.548 a es, sendo 426.274 a es ordinárias e 426.274 a es preferenciais, sem valor nominal, pertencentes   acionista domiciliado no País. As a es preferenciais não têm direito a voto, porém têm prioridade no caso de reembolso do Capital.

b) Reserva Legal: Devido ao prejuízo apurado, a Sociedade não destinou parte do resultado do semestre para reserva legal. **c) Reservas Estatutárias:** A Sociedade reverteu o saldo de reservas de lucros, devido ao prejuízo apurado no semestre. **d) Dividendos:** Conforme previsto no estatuto da Sociedade, aos acionistas   assegurado dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido anual.

15. TRANSA OES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS
As transa es com partes relacionadas decorrem de opera es que apresentam os seguintes saldos nos semestres findos em 30 de junho de 2011 e de 2010:

	Ativo (passivo)		Receitas (despesas)	
	2011	2010	2011	2010
Banco Société Générale Brasil S.A.				
Disponibilidades.....	25	17	-	-
Outras obriga�es diversas (*).....	14	14	-	-
Outras despesas administrativas (**).....	-	-	(88)	(129)
(*) nota explicativa n� 10 c				
(**) nota explicativa n� 16				
Société Générale - Paris				
Obriga�es por empréstimos do exterior (***).....	(300.720)	(87.333)	12.962	(3.474)

(***) nota explicativa n  13 a e 13 b

b) Remunera o do pessoal-chave da Administra o: O montante global anual pago a título de remunera o dos Diretores no semestre findo em 30 de junho de 2011 foi de R\$ 670 (R\$ 536 em 2010).

Composi o do montante pago aos Diretores:

	2011	2010
Proventos.....	535	423
Contribui�o ao INSS.....	135	113
Total.....	<u>670</u>	<u>536</u>

Outras informa es: 1 - Conforme legisla o em vigor, a Sociedade não concede empréstimos ou adiantamento para: a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2  grau; b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, a própria Sociedade, quaisquer diretores ou administradores da pr

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010 - (Em milhares de reais - R\$)

7. OUTROS INVESTIMENTOS

	2011	2010
Ações e cotas:		
CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (*)	1	1
Total	1	1

(*) Em 2009, a Corretora pactuou com a Advent Depository Participações S.A. contrato de compra e venda de 406.649 ações da CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, o qual previa a retenção de parte do valor da venda dessas ações para eventual reembolso de prejuízos incorridos pela compradora, relacionados a possíveis passivos não registrados ou registrados por valor insuficiente nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2008 da CETIP. Esses valores, por serem ativos contingentes, não foram reconhecidos à época e estão atualmente sendo registrados na rubrica "Resultado não operacional" no montante de R\$259 (R\$232 em 2010), com base nas evidências que propiciaram a garantia de sua realização.

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidentes sobre as operações nos semestres findos em 30 de junho de 2011 e de 2010:

	Imposto de renda		Contribuição social	
	2011	2010	2011	2010
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.010	772	1.010	772
Alíquota vigente	25%	25%	15%	15%
Expectativa de despesa de imposto de renda e da contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes	(253)	(193)	(152)	(116)
Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre as diferenças permanentes:				
Despesas com entidades de classe	(2)	(1)	(1)	-
Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre as diferenças temporárias:				
Outras diferenças temporárias	12	10	-	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(243)	(184)	(153)	(116)

b) Composição do imposto de renda e a contribuição social diferidos

	2011	2010
Ativo		
Base de cálculo		
Provisão para Riscos Fiscais	713	564
Outras provisões - diversas	11	14
Total	724	578
Alíquota de imposto de renda e contribuição social	40%	40%
Crédito tributário classificado em outros créditos - diversos (nota explicativa nº 6 a)..	289	231

c) Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre as diferenças temporárias.

	2011			2010		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Saldo inicial	171	102	273	139	84	223
Constituição de ativo fiscal diferido	10	6	16	5	3	8
Saldo final	181	108	289	144	87	231

d) Projeção de realização e valor presente dos créditos tributários - O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sobre os quais é calculado sejam realizadas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, cujo cronograma de realização está apresentado a seguir, devidamente fundamentado em estudo técnico no qual há expectativa de geração de resultados positivos futuros:

Ano	2011		2010	
	Valor contábil	Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias	Valor contábil	Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias
2010	-	-	-	5
2011	-	4	-	-
2014	-	285	-	226
Total	-	289	-	231

Em 30 de junho de 2011, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando as taxas dos Depósitos Interfinanceiros, totalizava R\$ 193 (R\$ 139 em 2010).

9. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

A Corretora é parte em vários processos de natureza fiscal, para os quais foi contabilizada provisão para contingências, conforme critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do CMN. A provisão está sendo constituída com base nos processos classificados como risco de perda provável.

a) A movimentação das provisões passivas

	Contingências Fiscais	
	2011	2010
Saldo inicial	635	508
Constituição (nota explicativa nº 13 b)	50	38
Atualização (nota explicativa nº 13 b)	28	18
Saldo final	713	564

b) O detalhamento das contingências fiscais por probabilidade de perda

	2011		2010	
	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado
Probabilidade de perda				
Perdas prováveis (i)	713	713	564	564
Perdas possíveis (ii)	18.013	-	13.194	-
Perdas remotas	474	-	401	-
Total de provisões	19.200	713	14.159	564
Depósitos Judiciais(*)		7.776		6.547

(*) Nota explicativa nº 6 a

(i) Perdas Prováveis - Referem-se à provisão para obrigação legal referente a questionamentos relacionados à ampliação da base de cálculo de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para Financiamento de Seguridade Social - COFINS (Lei 9.718/98), (ii) Perdas Possíveis - Referem-se aos processos de imposto de renda e contribuição social sobre operações day-trade no montante de R\$ 7.111 (R\$ 6.812 em 2010) e de desmutualização da Bovespa no montante de R\$ 10.902 (R\$ 6.250 em 2010) sendo que para este último há depósito judicial de R\$ 6.733 (R\$ 6.283 em 2010), incluído no valor demonstrado na nota explicativa, nº 6 a.

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) O capital Social - O capital social está representado por 15.912.892 ações nominativas, sendo 7.956.446 ações ordinárias e 7.956.446 ações preferenciais, sem valor nominal, pertencentes a acionista domiciliado no País. As ações preferenciais não têm direito a voto, porém terão prioridade no caso de reembolso do capital. **b) Dividendos** - Conforme previsto no estatuto da Corretora, aos acionistas é assegurado dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido anual. A Administração, através da Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária, pode deliberar sobre a declaração de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes. **c) Reserva de Lucros** - Os lucros líquidos apurados nos semestres de 2011 e 2010, após a dedução da reserva legal, foram integralmente destinados para reserva de lucros.

11. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

As transações com o Banco controlador decorrem de operações que apresentam os seguintes saldos nos semestres findos em 30 de junho de 2011 e de 2010:

	Banco Société Générale Brasil S.A. - Ativo (passivo)		Recetas (despesas)	
	2011	2010	2011	2010
Depósitos bancários	3	2	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	15.170	15.235	806	633
Outras obrigações - diversas (nota explicativa nº 6 c)	(12)	(12)	(75)	(70)

Aos Acionistas e Administradores da Société Générale S.A. - Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Société Générale S.A. - Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários ("Corretora"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras - A Administração da Corretora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações

12. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2011	2010
Serviços técnicos especializados	37	-
Processamento de dados	96	55
Serviços do sistema financeiro	29	30
Aluguéis - empresa ligada (*)	15	10
Serviços de terceiros	-	31
Comunicações	-	17
Publicações	21	10
Serviços administrativos prestados - ligada (*)	60	60
Entidade de classe	-	9
Outras	11	-
Total	269	222

13. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2011	2010
a) Outras receitas operacionais		
Atualização de depósitos judiciais	272	184
Outras	17	-
Total	289	184
b) Outras despesas operacionais		
Provisão para contingências fiscais (nota explicativa nº 9 a)	50	38
Atualização contingências fiscais (nota explicativa nº 9 a)	28	18
Outras	-	1
Total	78	57

14. OUTRAS RECEITAS NÃO OPERACIONAIS

	2011	2010
Ações Cetip (*)	259	232
Total	259	232

(*) Nota explicativa nº 7

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Em 30 de junho de 2011 e de 2010, a Corretora não apresentava posições ativas ou passivas, decorrentes de operações realizadas com instrumentos financeiros derivativos.

16. VARIAÇÕES CAMBIAIS

A Corretora, no curso normal de seus negócios, não possui operações denominadas em moeda estrangeira, decorrentes de importações, exportações, valores a pagar, valores a receber ou obrigações por empréstimos.

17. OUTRAS INFORMAÇÕES

Desde 1995, as instituições financeiras são obrigadas a manter o patrimônio líquido compatível com o grau de risco ponderado por fatores, definidos na Resolução nº 2.099/94 e alterações complementares do BACEN. A apuração deste índice é feita de forma consolidada pelo Banco Société Générale com as instituições integrantes do Grupo Société Générale Brasil, de acordo com as normas vigentes.

DIRETORIA

CONTADOR - Paulo Fagundes de Lima - CRC 1 SP - 146649/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Corretora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião - Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Société Générale S.A. - Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários em 30 de junho de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 26 de agosto de 2011

Deloitte

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Francisco Antonio Maldonado Sant'Anna
Contador
CRC nº 1 SP 120424/O-8